

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

### **1. IDENTIFICAÇÃO**

Disciplina: Instituições Políticas Brasileiras

Docentes: Luciana Santana; Vitor Vasquez.

Local:

Carga horária: 60 horas.

Créditos: 4.0.0

Período 2024.1

### **2. EMENTA**

Instituições Políticas. Correntes neoinstitucionalistas. Atores com Poder de Veto. Poder, Políticas Públicas e Instituições. Processo de Formação das Instituições no Brasil Contemporâneo. A República de 1946. Os militares e a política no Brasil Unidade. Sistemas Eleitorais e Partidários. Modelos de partidos. Modelos de sistemas eleitorais. Sistemas partidários e governabilidade. Impacto dos sistemas eleitorais sobre os sistemas partidários. As Instituições Políticas no Brasil Pós-1988. Presidencialismo de coalizão. Relação Executivo-Legislativo. Emendas individuais e geografia do voto. Relação entre os três poderes. Judicialização da política. Accountability e Democracia. A Lógica da Delegação de Poderes. Instituições de controle externo e interno. Federalismo. Centralização versus Descentralização. Relação entre os entes da Federação. Federalismo e política social. Reforma Estado dos anos de 1990. Reforma Política e do Sistema Eleitoral.

### **3. OBJETIVO**

Apresentar as principais Instituições Políticas Brasileiras e analisar suas consequências para a democracia representativa no país. Inicialmente, discutiremos o arranjo institucional do federalismo no Brasil e suas implicações em termos de política pública, em seguida trataremos do sistema governativo, explorando o Poder Judiciário e as relações Executivo-Legislativo e, por fim, abordaremos os sistemas eleitoral e partidário e como a relação entre eles impacta a representação política.

## **4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **4.1 Federalismo brasileiro:**

Aspectos institucionais do federalismo brasileiro;

Federalismo e política pública.

### **4.2 Sistema governativo:**

Poder Judiciário

Relações Executivo-Legislativo

### **4.3 Sistema eleitoral e sistema partidário:**

Sistema eleitoral e sistema partidário;

Sistema partidário e democracia.

## **5. METODOLOGIA**

O curso será ministrado através de aulas presenciais expositivas e dialogadas, com apresentação de slides e outros recursos audiovisuais. Teremos dois encontros remotos via google meet para apresentação e encerramento da disciplina e outros dois com convidadas especialistas em instituições políticas brasileiras. Os materiais de leitura e as atividades serão disponibilizadas no SIGAA-UFPI.

## **6. AVALIAÇÃO**

A nota final será calculada a partir da média aritmética simples composta pelas seguintes avaliações:

- Nota 1: Trabalho parcial – parte ministrada pela profa. Luciana Santana (10 pontos).
- Nota 2: Trabalho parcial – parte ministrada pelo prof. Vitor Vasquez (10 pontos).
- Nota 3: Artigo final (10 pontos). Prazo 09/07/2024.

O desempenho dos discentes será acompanhado, através da participação nas aulas, durante todo o curso. Em nenhuma hipótese plágios serão tolerados.

Será considerado APROVADO o discente que:

- Obtiver média final das avaliações igual ou superior a 7,0 (sete);

- Obtiver, após o exame, média final –  $(MA + EF) / 2$  – igual ou superior a 6,0 (seis).

Será considerado REPROVADO o discente que:

- Obtiver frequência inferior a 75% da carga horária;

- Obtiver média final inferior a 4,0 (quatro);

- Obter média final, após o exame, inferior a 6,0 (seis).

O aluno poderá requerer exame de segunda chamada por si ou por procurador legalmente constituído. O requerimento dirigido ao professor responsável pela disciplina, devidamente justificado e comprovado, deve ser protocolado à chefia do Departamento/Curso a qual o componente curricular esteja vinculado no prazo de 03 (três) dias úteis, contado este prazo a partir da data da avaliação não realizada.

Consideram-se motivos que justificam a ausência do aluno às verificações parciais e/ou ao exame final: a) doença; b) doença ou óbito de familiares diretos; c) Audiência Judicial; d) Militares, policiais e outros profissionais em missão oficial; e) Participação em congressos, reuniões oficiais ou eventos culturais representando a Universidade, o Município ou Estado; f) Outros motivos que, apresentados, possam ser julgados procedentes (Resolução 177/2012 - CEPEX).

## **7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

### **7.1 Bibliografia básica:**

ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988.

ALMEIDA, A. Do plenário às comissões: mudança institucional na Câmara dos Deputados. In: Giovana PERLIN, G.; SANTOS, M. L. (Orgs.). Presidencialismo de coalizão em movimento. Brasília: Edições Câmara, pp. 403-432, 2019.

ALMEIDA, M. H. T. Federalismo, democracia e governo no Brasil: ideias, hipóteses e evidências. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 51, pp. 13-34, 2001.

ARRETCHE, M. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n.40, pp. 111-141, 1999.

BARBOSA, LV de Q; CARVALHO E. The Supreme Federal Court as Queen of Chess: Partisan Fragmentation and Judicial Empowerment in Brazil. Rev Sociol Polit [Internet]. 2020;28(73):e007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987320287307en>

BICHIR, R. M. Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, v. 104, pp. 111-136, 2016.

BRAGA, M. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, pp. 43-72, 2010.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n. 54, pp. 23-40, 2004.

LOWDENS, V.; ROBERTS, M. *Why Institutions Matter: The New Institutionalism in Political Science*. Palgrave Macmillan, 2013.

MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Capt. 4, pp. 127- 178. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001.

NICOLAU, J.; SCHMITT, R. Sistema eleitoral e sistema partidário. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 36, 1995.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, pp. 105-121, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck, CARVALHO, Maria Alice Rezende de & BURGOS, Marcelo Baumann. (2018), *Quem somos: a magistratura que queremos*. Pesquisa encomendada pela AMB. Disponível em: <[https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Pesquisa\\_completa.pdf](https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Pesquisa_completa.pdf)>, consultado em 25/10/2019.»  
[https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Pesquisa\\_completa.pdf](https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Pesquisa_completa.pdf)

## **7.2 Bibliografia complementar:**

ABRUCIO, Fernando; COSTA, Valeriano. *Reforma do estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ARANTES, Rogério. e COUTO, Cláudio. Constituição, governo e democracia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº 61, 2006, p. 41-62.

ARANTES, Rogério; LOUREIRO Maria Rita; COUTO, Claudio Gonçalves & TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. (2010), “Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, Judiciário, Tribunais de Contas e Ministério Público” in M.R. Loureiro; F. Abrucio & R. Pacheco (orgs.). *Burocracia e Política no Brasil. Desafios para o Estado democrático no século XXI*. RJ, Editora FGV: 109-147. ARRETCHE, Marta. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. FGV. São Paulo. 2012.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo, Editora Unesp, 2007.

BRESSER-Pereira, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, v. 47, n. 1, p. 7-40, 1996.

FREITAS, Andréa. *O presidencialismo da coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, p. 193-223, 2003.

HOLLANDA, Cristina; VEIGA, Luciana; AMARAL, Oswaldo E. do. *A Constituição de 88: trinta anos depois*. Curitiba: UFPR, 1988.

NICOLAU, Jairo. Multipartidarismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

NICOLAU, Jairo. As distorções na representação dos estados na Câmara dos Deputados Brasileira. *Dados*, v. 40, n. 3, 1997, p. 441-464.

NUNES, Edson. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1997.

RENNÓ, Lúcio; MULHOLAND, Timothy. Reforma Política em Questão. Brasília: UNB, 2008.

REZENDE, Flávio da Cunha. Por Que Reformas Administrativas Falham? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 50, p. 123-142, out. 2002.

SANTOS, Fabiano. Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SADEK, Maria Tereza., “Poder Judiciário: uma nova instituição”. *Cadernos Adenauer*, XI,(1): 13-21, 2010.

TAYLOR, Matthew. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p.229-257, 2007.

VIANNA, Luís Werneck (Org.) A Democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

OBS: Ao longo do semestre letivo, poderão ser indicados outros textos previamente disponibilizados aos discentes.

## 8. CRONOGRAMA DE AULAS E AVALIAÇÕES

Data	Tema da aula	Leitura prévia
22/03/2024	Apresentação da disciplina.	Não se aplica
14/05/2024 tarde	Aspectos institucionais do federalismo brasileiro	SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. <b>Revista de Sociologia e Política</b> , n. 24, pp. 105-121, 2005.
15/05/2024 manhã	Federalismo e política pública	ALMEIDA, M. H. T. Federalismo, democracia e governo no Brasil: ideias, hipóteses e evidências. <b>BIB-Revista Brasileira de Informação</b>
15/05/2024 tarde	Federalismo e política pública	BICHIR, R. M. Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. <b>Novos Estudos CEBRAP</b> , v. 104, pp. 111-136, 2016.

16/05/2024 manhã	Poder Judiciário	BARBOSA, LV de Q; CARVALHO E. The Supreme Federal Court as Queen of Chess: Partisan Fragmentation and Judicial Empowerment in Brazil. <i>Rev Sociol Polit</i> [Internet]. 2020;28(73):e007. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/1678-987320287307en">https://doi.org/10.1590/1678-987320287307en</a>
16//2024 tarde	Poder Judiciário	VIANNA, Luiz Werneck, CARVALHO, Maria Alice Rezende de & BURGOS, Marcelo Baumann. (2018), <i>Quem somos: a magistratura que queremos</i> . Pesquisa encomendada pela AMB. Disponível em: < <a href="https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Pesquisa_completa.pdf">https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Pesquisa_completa.pdf</a> >, consultado em 25/10/2019.» <a href="https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Pesquisa_completa.pdf">https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Pesquisa_completa.pdf</a>
31/05/2024	Convidada	-
14/06/2024	Convidada	-
24/06/2024	Relações Executivo-Legislativo: primeiras análises	FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. <b>Executivo e legislativo na nova ordem constitucional</b> . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
25/06/2024	Relações Executivo-Legislativo: atualizações	ALMEIDA, A. Do plenário às comissões: mudança institucional na Câmara dos Deputados. In: Giovana PERLIN, G.; SANTOS, M. L. (Orgs.). <b>Presidencialismo de coalizão em movimento</b> . Brasília: Edições Câmara, pp. 403-432, 2019.
26/06/2024	Sistema eleitoral e sistema partidário	NICOLAU, J.; SCHMITT, R. Sistema eleitoral e sistema partidário. <b>Lua Nova: Revista de Cultura e Política</b> , n. 36, 1995.
27/06/2024	Sistema partidário e democracia	MAINWARING, S. <b>Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil</b> . Capt. 4, pp. 127-178. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001.
28/06/2024	Sistema partidário e democracia	BRAGA, M. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. <b>Revista</b>

		<b>Brasileira de Ciência Política</b> , n. 4, pp. 43-72, 2010.
05/07/2024	Encerramento	-
09/07/2024	Artigo final	Todos os textos

Teresina, 07 de março de 2023.

*Profa. Luciana Santana e Prof. Vitor Vasquez*

*Ciência Política (UFPI)*